

**DAYANI CRIS DE AQUINO**

**O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS DENTRO DO PROCESSO DE  
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

**Monografia apresentada como requisito  
parcial à conclusão do Curso de Ciências  
Econômicas, Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas, Universidade Federal do  
Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo  
Cipolla**

**CURITIBA**

**2004**

## TERMO DE APROVAÇÃO

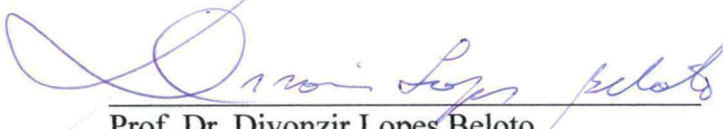
DAYANI CRIS DE AQUINO

O MOVIMENTO DOS SALÁRIOS DENTRO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO  
DE CAPITAL

**Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:**

  
Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla  
Departamento de Economia, UFPR

  
Prof. Dr. Cláudio Magno Germer  
Departamento de Economia, UFPR

  
Prof. Dr. Divonizir Lopes Beloto  
Departamento de Economia, UFPR

**Curitiba, 03 de dezembro de 2004**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor e orientador Cipolla por ter me ajudado a definir a melhor estratégia de estudo, a qual conseguiu conciliar a meta para o exame da ANPEC com o desenvolvimento satisfatório da monografia, assim como, pelas muitas horas dedicadas a minha orientação.

Agradeço, também, aos meus amigos Cândido, Erick e Rodrigo pelas discussões que serviram para me fazer refletir sobre os conceitos apresentados neste trabalho.

Agradeço, ainda, a minha família, em especial, aos meus pais, pelo apoio de sempre.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	<b>v</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>vi</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 OS SALÁRIOS</b> .....	<b>3</b>
<b>1.1 A NATUREZA DOS SALÁRIOS</b> .....	<b>3</b>
1.1.1 Valor do Trabalho e Valor da Força de Trabalho.....	4
1.1.2 As Principais Formas do Salário.....	7
<b>1.2 COMO SE DETERMINA O VALOR DA FORÇA DE TRABALHO ?</b> .....	<b>9</b>
1.2.1 A Determinação do Valor da Força de Trabalho.....	9
1.2.2 Fontes de Variação do Valor da Força de Trabalho e do Salário.....	11
<b>2 A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1 A NATUREZA DO CAPITAL</b> .....	<b>15</b>
2.1.1 A Composição do Capital.....	19
2.1.2 A Produção de Mais-Valia.....	21
<b>2.2 A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL</b> .....	<b>24</b>
2.2.1 A Relação entre Trabalho Assalariado e Capital.....	24
2.2.2 A Lei Geral da Acumulação Capitalista.....	27
2.2.3 O Exército Industrial de Reserva e suas Formas.....	32
<b>3 SALÁRIOS, CICLO DE NEGÓCIOS E CRISES</b> .....	<b>35</b>
<b>3.2 UMA TEORIA BÁSICA DO CICLO DE NEGÓCIOS E CRISES</b> .....	<b>36</b>
<b>3.2 AS FASES DO CICLO</b> .....	<b>39</b>
3.2.1 A Prosperidade.....	39
3.2.2 A Crise.....	42
3.2.3 A Depressão.....	44
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>52</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1.1: SALÁRIO E VALOR DA FORÇA DE TRABALHO .....	6
ILUSTRAÇÃO 2.1: FÓRMULA GERAL DO CAPITAL DESENVOLVIDA.....	18
ILUSTRAÇÃO 2.2: MAIS VALIA RELATIVA .....	23
ILUSTRAÇÃO 2.3: O AJUSTE DOS SALÁRIOS COM COC CONSTANTE .....	28

## RESUMO

Este trabalho analisa a variação da taxa de salários dentro do processo de acumulação de capital, sob enfoque marxista. Discorre sobre três pontos fundamentais: a natureza dos salários e seus elementos determinantes, a natureza do capital e sua dinâmica de acumulação e o movimento dos salários dentro do ciclo de negócios. A natureza dos salários é investigada a partir da dicotomia essência-aparência e seus determinantes estão ligados aos elementos que determinam o valor da força de trabalho, contudo, suas flutuações ao redor deste valor são definidas pelos movimentos do processo de acumulação. A natureza do capital é discutida a partir da circulação simples de mercadorias, passando pelo desenvolvimento da fórmula geral do capital, a qual explicita dois conceitos importantes para compreensão da acumulação: a composição do capital e a formação da mais-valia. O estudo da dinâmica da acumulação de capital é feito confrontando os argumentos de duas obras de Marx: *O Trabalho Assalariado e Capital* e *O Capital*. Nestas obras, destacam-se três argumentos principais: o primeiro refere-se à acumulação com composição do capital mantida constante; o segundo refere-se à acumulação quando varia a composição do capital; e o terceiro enfatiza o modo cíclico de formação da superpopulação relativa. Conclui-se que o movimento dos salários deve ser estudado dentro do processo cíclico seguido pela acumulação de capital e por isso apresenta-se uma teoria de ciclo de negócios, a qual indica que os salários aumentam na fase de prosperidade e diminuem nas fases de crise e depressão.

Palavras-chave: Salários; Acumulação de Capital; Ciclo de Negócios e Crises.

## INTRODUÇÃO

O crescimento econômico é tema recorrente na pesquisa acadêmica, principalmente na Ciência Econômica. Há uma ampla e heterogênea literatura dedicada a desvendar os mecanismos de seu funcionamento e identificar as relações causais subjacentes. O tema permite diversos desdobramentos, contudo, pretende-se focalizar somente a relação existente entre a acumulação de capital e a variação da parcela salarial ou, em outros termos, o objeto de estudo é investigar as possibilidades teóricas de que a acumulação de capital e, conseqüentemente, o crescimento econômico possam ensejar o aumento concomitante da parcela salarial no total da renda nacional.

A despeito da existência de um vasto universo de teorias sobre crescimento e distribuição a análise do objeto proposto será desenvolvida com base na construção teórica de Marx e outras contribuições marxistas. A importância deste estudo reside na observação da existência de notável quantidade de trabalhos que propõe a possibilidade de conciliar crescimento econômico e aumento da parcela salarial – como, por exemplo, trabalhos sobre crescimento e distribuição de renda de inspiração kaleckiana – o que se contrapõe à tese fundamental da obra de Marx de que o capitalismo produz, inevitavelmente, a miséria e a exclusão da classe trabalhadora, mesmo apresentando em alguns períodos grandes taxas de crescimento.

Assim, a questão a ser investigada não é apenas se há possibilidade, dentro do modo de produção capitalista, de crescimento simultaneamente ao aumento da parcela salarial, mas sim quais as conseqüências, para a classe trabalhadora, do aumento da acumulação de capital, em termos da capacidade dinâmica de geração de empregos. Na tentativa de lançar luz sobre essa questão, o trabalho será estruturado em três capítulos, além desta introdução.

O primeiro capítulo fará uma síntese sobre a natureza e a determinação dos salários do ponto de vista marxiano. Investigar-se-á a natureza do salário a partir da

dicotomia essência-aparência distinguindo, dentro da jornada de trabalho, a parte paga e não paga e relacionando a primeira ao valor da força de trabalho e, por extensão, ao salário. Do mesmo modo, será demonstrado que os determinantes dos salários estão ligados aos elementos que determinam o valor da força de trabalho. Entretanto, os salários podem variar independentemente deste valor, o que só pode ser entendido dentro do processo dinâmico de acumulação de capital.

Assim, para atender as flutuações dos salários dentro do processo de acumulação, o segundo capítulo apresentará a reconstrução teórica marxiana da dinâmica deste processo. Primeiramente, será discutida a natureza do capital de modo a destacar dois conceitos importantes para o processo de acumulação: a composição orgânica do capital e a mais-valia. Em seguida serão confrontados os argumentos referentes à relação entre salários e acumulação de capital de duas obras de Marx: *O Trabalho Assalariado e Capital* e *O Capital*. Destacam-se, então, três resultados que podem ser retirados desses argumentos: o primeiro refere-se à relação entre a acumulação e os salários quando a composição do capital é mantida constante, a qual indica que os salários serão regulados pela expansão e contração da acumulação; o segundo, com a variação da composição do capital, os salários serão regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva; o terceiro, indica a natureza cíclica da formação desse exército industrial de reserva.

Dada essa natureza cíclica de expansão e contração da superpopulação relativa, o capítulo três apresentará uma teoria de ciclo de negócios que tenta unificar os três resultados apresentados acima, investigando tanto a formação, exaustão e reconstituição do exército industrial de reserva como seu efeito sobre o movimento dos salários. Contudo, concluir-se-á que o estudo do movimento dos salários exige uma exaustiva discussão sobre as diversas teorias de ciclo de negócios e crises de modo a coadunar a expansão cíclica do capital, na forma de períodos de prosperidade, crise e depressão, com a tendência secular, proposta por Marx, de aumento do exército industrial de reserva, discussão esta que foge ao escopo do presente trabalho.

## 1 OS SALÁRIOS

Este capítulo tem por objetivo esclarecer o que são, como se determinam e como variam os salários na teoria marxista, os quais se caracterizam como categoria singular existente, apenas e tão somente, dentro do modo de produção capitalista. O estudo dos salários passa necessariamente pela igual investigação do valor da força de trabalho. Trata-se, desta forma, de fazer uma breve revisão do tema salários, do ponto de vista de sua formação individual, desagregada.

Para isso, o capítulo será estruturado em duas seções. A primeira tratará da natureza do salário, tentando localizá-lo dentro da dicotomia essência-aparência sendo, deste modo, necessária uma discussão sobre valor do trabalho e valor da força de trabalho; a segunda investigará os determinantes do valor da força de trabalho de modo a sublinhar os principais fatores que influenciam o custo de reprodução do trabalhador e os fatores que se constituem fontes de variação do valor da força de trabalho e, por extensão, de variação dos salários.

### 1.1 A NATUREZA DOS SALÁRIOS

Investigar a origem e a natureza das “coisas” parece ser um elemento característico da obra de Marx e, assim, não poderia ser diferente com o salário. Nos panfletos de 1849, os quais foram posteriormente reunidos e editados com o nome de “Trabalho Assalariado e Capital”, textos escritos com o objetivo de esclarecer a classe operária alemã e, portanto, redigidos numa linguagem bastante simplificada, Marx inicia a discussão considerando a natureza dos salários, fazendo-se a seguinte pergunta: o que são salários? Mais tarde, n’*O Capital*, retoma este ponto, no entanto, de forma mais elaborada, mas mantendo, ainda, a mesma coerência. Assim, para compreender a natureza do salário, isto é, o que são os salários é preciso investigar as

categorias *trabalho e força de trabalho, valor do trabalho e valor da força de trabalho* discutindo-as dentro da dicotomia essência-aparência.

Sabe-se que dentro do processo de produção capitalista tem-se, de um lado, o dono do capital e, de outro, o trabalhador. O primeiro possui todos os meios de produção, os quais foram acumulados de acordo com um determinado processo histórico-social. O segundo dispõe apenas do seu trabalho. Para sobreviver deverá, então, vender o seu trabalho ao capitalista. É exatamente neste ponto que surge o foco de confusão que obscurece a natureza do salário. Pois, na verdade, o que o trabalhador vende não é propriamente o seu trabalho, mas sua *força de trabalho*, a sua capacidade de trabalho, a qual é compreendida como sendo “o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.” (MARX, 1996a, p.187) Portanto, a distinção entre *trabalho e força de trabalho* é fundamental, na medida em que encerra inúmeras conseqüências para investigação do *valor* do trabalho ou, mais precisamente, do *valor* da força de trabalho. Iniciada esta distinção, pode-se passar a investigação do valor destas categorias.

### 1.1.1 Valor do Trabalho e Valor da Força de Trabalho

No livro I do Capital, Marx inicia sua trajetória lógica de explicação a partir da discussão sobre o *valor* para somente depois passar a outras categorias de análise. Por isso, aqui também se faz necessário analisar a categoria “valor (da força de) trabalho” que terá sua expressão monetária no “preço (da força de) trabalho” para finalmente ser compreendida a forma “salário”.

É importante notar que as expressões “valor do trabalho” e “valor da força de trabalho” mantêm uma diferença fundamental entre si. Na verdade a expressão “valor do trabalho” é segundo MARX (1996, p.620) “uma expressão imaginária, como, por exemplo, valor da terra. Essas expressões imaginárias, entretanto, têm sua origem nas

próprias relações de produção. São categorias que correspondem a formas aparentes de relações essenciais.”

A dificuldade em distinguir a verdadeira natureza do salário, dada pela confusão decorrente do uso indistinto do termo trabalho e força de trabalho remonta aos economistas anteriores a Marx. Segundo ele, a Economia Política<sup>1</sup> entendia que o valor de uma mercadoria era determinado pela quantidade de *trabalho* nela incorporada. Assim, ficava claro que o salário do trabalhador era o preço pago ao *trabalho*, ou seja, a quantidade de dinheiro dada em troca de uma quantidade de trabalho. No entanto, essa compreensão superficial da natureza do valor provocou várias contradições e não permitiu que fosse enunciado precisamente como se determina o valor do trabalho. BAILEY<sup>2</sup> (apud MARX, 1996, p.618) cita Ricardo como um exemplo da compreensão imprecisa da natureza do valor e da confusão que esta causa quando se pretende descobrir o valor do trabalho:

Ricardo, bastante engenhoso, evita uma dificuldade que à primeira vista ameaça antepor-se a sua teoria de que o valor depende da quantidade de trabalho empregado na produção. Interpretando-se literalmente esse princípio, segue-se que o valor do trabalho depende da quantidade de trabalho despendido na produção do trabalho, o que é evidentemente um contra-senso. Ricardo inteligentemente, faz o valor do trabalho depender da quantidade de trabalho necessária para produzir o salário; (...) refere-se, com isso, à quantidade de trabalho necessária para produzir o dinheiro ou as mercadorias que são dadas ao trabalhador.

Marx esclarece tal confusão afirmando que o valor das mercadorias não é medido pela quantidade de trabalho pura e simples, mas pela quantidade de horas de trabalho socialmente necessária para produzi-las e que, apesar disso, o trabalhador não pode vender seu trabalho, mas sim sua força de trabalho. “O que o possuidor de dinheiro encontra no mercado não é o trabalho, mas o trabalhador. O que este vende é sua força de trabalho. Ao começar realmente seu trabalho, já deixa este de pertencer-lhe, não lhe sendo mais possível vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem valor.” (MARX, 1996, p.619)

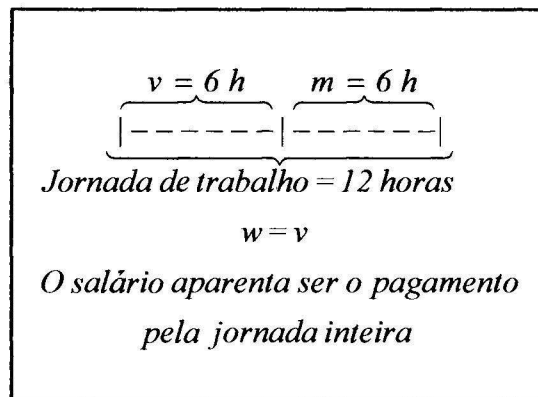
---

<sup>1</sup> Marx utiliza freqüentemente as expressões “economia política”, “sociedade burguesa” ou “economistas burgueses” e outras para referir-se a autores como Smith, Ricardo, Malthus etc.

<sup>2</sup> BAILEY, S. A critical dissertation on the nature etc of value. p. 50 e 51.

Desta forma, compreende-se que o que é vendido pelo trabalhador é sua “força de trabalho” e não o seu “trabalho” torna-se claro, também que o que existe na essência é o “valor da força de trabalho” e não o “valor do trabalho”, sendo, este último, apenas a aparência do primeiro. Desta forma, tem-se duas grandes categorias de análise: de um lado a essência representada pelo valor e preço da *força* de trabalho, de outro, temos a aparência representada pelo valor e preço do trabalho. Mas, então, onde se encaixa a figura *salário*? O salário é, tal como a categoria “preço do trabalho”, a forma aparente do “preço da força de trabalho”, isto é, o salário é simplesmente o nome dado ao preço da força de trabalho. A figura 1 mostra esquematicamente como a forma salário encobre relações essenciais, sendo  $v$  o valor da força de trabalho,  $m$  a mais-valia e  $w$  o salário.

#### ILUSTRAÇÃO 1.1: SALÁRIO E VALOR DA FORÇA DE TRABALHO



FONTE: Elaboração própria.

Portanto, o salário ( $w$ ) aparece como pagamento da jornada inteira, enquanto, na verdade, equivale apenas à parcela referente ao valor da força de trabalho ( $v$ ). “A forma salário apaga, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago.” (MARX, 1996b, p.622)

MARX (1996b) observou que se a categoria “valor do trabalho” fosse uma forma essencial, apenas duas situações seriam possíveis: ou suprimiria a lei do valor,

já que se o trabalhador recebesse uma quantia em dinheiro equivalente a todo “trabalho novo” criado as mercadorias não estariam sendo trocadas pelo seu valor, como ele supõe que ocorra; ou destruiria a própria base da produção capitalista, já que ao trocar dinheiro pelo valor equivalente criado pelo trabalhador, o capitalista não estaria recebendo nenhuma mais-valia.

É interessante notar, como o faz Marx, que o modo de produção capitalista é o único em que o valor recebido pelo trabalhador, na forma de salário, dá a impressão de existir uma relação totalmente livre entre este e o capitalista, pois encobre a parte não paga. Marx lembra que na corvéia distinguem-se, no tempo e no espaço, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da terra. Na escravatura, todo o trabalho do escravo tem aparência de trabalho não pago. No trabalho assalariado, inversamente, todo trabalho aparece como trabalho pago:

Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologéticos da economia vulgar. (MARX, 1996b, p.623)

Tornado explícita a natureza do salário, isto é, o fato de que o salário equivale ao valor da força de trabalho (ainda que possa diferir deste de acordo com as flutuações decorrentes do processo de acumulação) mas que, no entanto, aparenta ser o pagamento por toda a jornada, serão apresentadas na próxima seção as principais formas do salário, as quais não deixam de ser apenas formas aparentes.

### 1.1.2 As Principais Formas do Salário

O salário do trabalhador pode ser pago de diferentes formas. As duas principais, que se mantém até os dias atuais são: por tempo e por peça. A forma imediata do salário reflete-se no salário por tempo, pois a força de trabalho é, geralmente,

contratada por um período de tempo determinado e, assim, recebe uma quantia de dinheiro que, conforme discutido na seção anterior, parece ser o pagamento a essa jornada. Assim, tomando-se a hora como unidade de medida do preço da força de trabalho, MARX (1996b) define que:

$$\text{preço da hora de trabalho} = \frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$$

Desta forma, enuncia que, dada a jornada diária de trabalho, o salário diário dependerá do preço da hora de trabalho e este, por sua vez, dependerá do valor da força de trabalho. Inversamente, se o preço da hora de trabalho for constante o salário diário dependerá da jornada. A implicação imediata desta forma de salário é que, considerando uma jornada (suponha-se de 10 horas) como sendo normal e calculando a partir dela o preço da hora de trabalho, então o empregador poderá contratar a força de trabalho por um número de horas inferior ao equivalente à jornada normal.

Isto significa que numa jornada inferior a normal o trabalhador não conseguirá repor o valor de sua força de trabalho diária. Nas palavras de MARX (1996b, p. 630): “Rompe-se a conexão entre o trabalho pago e não pago. O capitalista pode então extrair do trabalhador determinada quantidade de trabalho excedente sem lhe proporcionar o tempo de trabalho necessário à própria manutenção.” O mesmo raciocínio é válido para a contratação da força de trabalho por um período superior ao da jornada normal, já que o preço da hora continua sendo calculado pela jornada supostamente normal, conseqüentemente, não considera-se que o valor da força de trabalho aumentará pelo aumento do seu desgaste.

Marx observa que a limitação legal da jornada de trabalho suprimiria tais ocorrências, pois os trabalhadores seriam contratados por um número de horas suficientes a reposição de sua força de trabalho. Contudo, nos dias atuais, a contratação de trabalhadores na forma de “trabalho temporário” parece ser uma

manifestação do ainda existente rompimento entre trabalho necessário e trabalho excedente, embora de forma diferente do que ocorre com a variação da jornada de trabalho relativamente à jornada normal.

Enquanto o salário por tempo proporciona a impressão de que o trabalhador recebe pelo valor de sua função (e não o valor de sua força de trabalho) o salário por peça parece um pagamento pela capacidade de produção do trabalhador. Assim, o salário por peça mede-se pela quantidade de produtos materializada num determinado espaço de tempo. MARX (1996b) considera o salário por peça o mais adequado ao modo de produção capitalista, já que o próprio trabalhador é o “inspetor” da qualidade e intensidade do trabalho, pois seu salário dependerá não só da quantidade de peças, mas também da qualidade delas. E ainda, dadas as diferenças individuais dos trabalhadores, “o salário por peça tende a baixar o nível médio dos salários, elevando salários individuais.” (MARX 1996b, p. 642)

## 1.2 COMO SE DETERMINA O VALOR DA FORÇA DE TRABALHO ?

Conforme se concluiu da investigação precedente o salário é o nome dado ao valor da força de trabalho. Assim, resta analisar como se determina esse valor. Sendo a força de trabalho também uma mercadoria, ainda que com atributos especiais, seu valor deve ser determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para (re) produzi-la. Assim, as seções seguintes destinam-se a discutir os fatores que determinam o valor da força de trabalho e conseqüentemente o salário, assim como, os fatores que se constituem como fonte de variação de ambos.

### 1.2.1 A Determinação do Valor da Força de Trabalho

O valor da força de trabalho não foi um tema no qual Marx dedicou profunda investigação. Pode-se encontrar uma indicação aos elementos principais componentes

do valor da força de trabalho em *Trabalho assalariado e capital*, no entanto, daí para *O Capital* não se verificaram significativas modificações. Assim, Marx coloca que o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária a sua produção e reprodução. Ou seja, para que a força de trabalho possa manter-se e reproduzir-se é necessária determinada quantidade de meios de subsistência que reconstituam não só sua capacidade de trabalho diariamente desgastada, mas também suas necessidades mesmo quando o trabalhador não está no exercício de função. E, ainda, os meios de subsistência que garantam o sustento dos demais membros da família<sup>3</sup>.

É importante que se faça uma qualificação a esses “meios de subsistência” necessários. Eles não significam quantidades de mercadorias que permitam a simples reprodução biológica do trabalhador, no sentido de um mínimo absoluto para mantê-lo vivo, mas sim, que garanta o nível de vida *normal* de um trabalhador dentro de um padrão definido a partir das necessidades sociais vigentes. Desta forma, pode-se incluir nesses meios de subsistências três elementos principais: mercadorias necessárias ao dia a dia (alimentos, roupas, moradia etc), meios necessários à educação e ao treinamento do trabalhador e mercadorias necessárias à reprodução da classe trabalhadora. Portanto, o valor da força de trabalho não se constitui num mínimo de sobrevivência, mas numa quantidade de meios necessários a manutenção e reprodução dos seres humanos como integrantes da classe trabalhadora.

A qualidade dos alimentos que um trabalhador ingere, o tipo de roupa que veste, o tipo de casa onde mora etc, são magnitudes variáveis através dos séculos e formações sociais distintas. No entanto são consideradas constantes numa época e país dados, o que pode mudar é o valor desses meios de subsistência, conforme Marx observa:

---

<sup>3</sup> Reconhece-se a existência da discussão a respeito de dois aspectos ligados ao valor da força de trabalho: o trabalho doméstico e a falta de uniformidade das relações de família. Para essa discussão veja o verbete *valor da força de trabalho* no Dicionário do Pensamento Marxista e suas obras de referência.

A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficientes para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador. As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, principalmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue de outras mercadorias. (MARX, 1996b, p.191)

Portanto, as necessidades normais de um trabalhador são produto do processo histórico-social de cada país. Assim, podem-se considerar como dados os *tipos* de mercadorias imprescindíveis, mas a quantidade poderá variar de acordo com a modificação no valor de cada mercadoria. Portanto, o valor da força de trabalho não é uma magnitude nem constante nem exógena, pois, seu valor se modifica com o aumento da produtividade, nos ramos que produzem as mercadorias que fazem parte do consumo do trabalhador, no decorrer do processo de acumulação.

O desenvolvimento do capitalismo não exige – como costuma afirmar a teoria econômica convencional – maior habilidade e treinamento por parte dos trabalhadores, pois, o alto nível de automação das máquinas modernas dispensa maiores conhecimentos por parte da força de trabalho. As ocupações passam a exigir apenas um adestramento para o correto *apertar de botões*, colaborando para o fenômeno que BRAVERMAN (1977) nomeou de degradação do trabalho no século XX. Apesar disso, o custo de treinamento ainda existe para o trabalhador, pois a seleção de trabalhadores no mercado de trabalho exige a comprovação da posse de tal treinamento representada pelos certificados de curso de ensino médio, técnico ou universitário.

### 1.2.2 Fontes de Variação do Valor da Força de Trabalho e do Salário

Antes de apresentar os fatores que impõe variações ao valor da força de trabalho e ao salário é importante que se faça uma observação a respeito da relação

entre essas duas categorias. Dentro da construção teórica d'*O Capital* Marx toma por hipótese que todas as mercadorias são vendidas pelo seu valor. Portanto, sob tal suposição o valor da força de trabalho será igual ao preço da força de trabalho e, por conseqüência, igual ao salário. Entretanto, nada impede que o salário pago seja inferior ao valor da força de trabalho, isto é, que o salário recebido pelo trabalhador não seja suficiente para recompor sua própria força de trabalho. Marx observou que o rebaixamento do salário abaixo do valor da força de trabalho tem importante papel no movimento real dos salários dentro do processo de acumulação do capital, como será visto no capítulo dois, mas por ora, as variações no valor da força de trabalho se refletem nas variações dos salários, dado o pressuposto de que a força de trabalho é vendida pelo seu valor. Feita essa ressalva, os três principais fatores que possibilitam a variação do valor da força de trabalho e, por conseguinte, do salário, são: a duração da jornada, a intensidade do trabalho e a produtividade do trabalho.

A jornada de trabalho pode variar no sentido da sua diminuição ou de seu aumento. Supondo constantes os demais elementos, principalmente a produtividade do trabalho, a diminuição da jornada provocaria apenas uma diminuição do trabalho não pago, já que existe o pressuposto de que o salário não cai abaixo do valor da força de trabalho. Portanto, tal diminuição ocorre apenas sob circunstâncias muito raras, tais como a imposição legal de uma jornada menor, nunca ocorre pelo desejo espontâneo do capitalista.

Assim, o caso relevante de análise é o aumento da jornada de trabalho. Se isso ocorre, o valor da força de trabalho também deverá aumentar, dado o aumento do desgaste físico e psicológico do trabalhador. Nesta situação, tanto o trabalho pago como não pago aumentam e junto com eles o salário. Contudo, “até certo ponto, o desgaste da força de trabalho inseparável do prolongamento da jornada de trabalho pode ser compensado com maior salário. Além deste ponto, o desgaste aumenta em progressão geométrica e se destroem ao mesmo tempo todas as condições normais para a reprodução e a atividade da força de trabalho.” (MARX, 1996b, p.603)

O aumento da intensidade do trabalho possibilita que numa mesma jornada sejam produzidas mais mercadorias (ou valores-de-uso) sem que o valor delas diminua, já que há mais quantidade de trabalho despendida, pelo fato de ser trabalho mais intenso. Neste caso, também é possível aumentar simultaneamente a parte paga e não paga do novo valor criado, ou seja, tanto o salário como a mais-valia. Contudo, o aumento do salário pode não aumentar na mesma proporção do aumento do valor da força de trabalho, isso “é o que sempre ocorre quando essa elevação não compensa a aceleração do desgaste da força de trabalho.” (MARX, 1996b, p.601)

Por fim, o aumento da produtividade permite que mais mercadorias sejam produzidas, dada a mesma duração da jornada, entretanto, o valor de tais mercadorias diminui, pois se conseguiu mais mercadorias com menos trabalho despendido. Quando o aumento da produtividade do trabalho é verificado nas indústrias que produzem mercadorias que compõe o valor da força de trabalho, essas sofrerão diminuição de valor e portanto de preço tornando-se, então, mais baratas e por conseqüência diminuindo o valor da força de trabalho. Neste caso, o aumento da produtividade do trabalho configura-se como instrumento de obtenção de mais-valia relativa, conforme será visto no capítulo seguinte

O exposto acima ofereceu uma visão geral da natureza e formação dos salários do ponto de vista individual. No próximo capítulo, os salários serão analisados de uma perspectiva dinâmica, isto é, dentro do processo de acumulação do capital e, portanto, não será mais tratado de forma desagregada, e sim, como uma taxa que representa a parcela dos salários no total do produto.

## 2 A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O objetivo deste capítulo é apresentar a relação, proposta por Marx, entre o processo de acumulação de capital e o movimento dos salários, confrontando as idéias expostas em duas obras: *Trabalho assalariado e capital* e *O Capital*. Na primeira obra, Marx esboça dois argumentos, a primeira vista contraditórios, que indicam duas direções diferentes seguidas pelos salários quando o capital se expande. No primeiro argumento Marx propõe que o aumento da acumulação de capital aumenta a demanda por força de trabalho e, conseqüentemente, eleva os salários. Inversamente, no final do panfleto, como conclusão geral, argumenta que o aumento da acumulação de capital, segue-se necessariamente do aumento da utilização de maquinarias e, por isso, do aumento na concorrência entre os trabalhadores, portanto, diminuindo os salários.

N' *O Capital*, livro I, capítulo intitulado “A lei geral da acumulação capitalista”, Marx constrói sua argumentação demonstrando como decorre o processo de acumulação sob duas hipóteses distintas: a primeira é considerar constante a composição do capital e a segunda é considerar a introdução de novas tecnologias, as quais se refletem na mudança da composição do capital. A partir dessa análise é possível localizar o movimento dos salários dentro deste processo e, ainda, discutir a relação causai entre a variação dos salários e a dinâmica de formação da superpopulação relativa.

Embora, em ambas as obras, Marx tenha mantido coerente sua tese geral, qual seja, que o modo de produção capitalista possui contradições inerentes que distanciam cada vez mais pobres e ricos, a construção teórica exposta naqueles capítulos deixa espaço para críticas, discussões e sugestões. Alguns autores marxistas tentam unificar e complementar essa argumentação teórica aparentemente inacabada. Em função disso, pretende-se apresentar a construção de Marx, confrontando a argumentação contida em *Trabalho assalariado e capital* e *O Capital* e apontando os problemas observados para, então, no capítulo três discutir as contribuições marxistas que tentam

resolver tais problemas. As contribuições marxistas que tentam explicar o processo de acumulação de capital propõem a formulação de uma teoria do ciclo de negócios, dentro da qual pode-se investigar o movimento dos salários.

Para contentar os objetivos deste capítulo, duas subdivisões se fazem necessárias. A primeira, seção 2.1, fará breve revisão dos conceitos fundamentais para compreensão da dinâmica de acumulação, apresentando uma discussão a respeito da natureza do capital e investigando mais detalhadamente os conceitos de composição do capital e mais-valia. A segunda, seção 2.2, apresentará como se dá o processo de acumulação, tal como descrito por Marx. Esta seção precisa ser dividida em três subseções: a primeira apresentará a relação entre o processo de acumulação e os salários, exposta em *Trabalho assalariado e capital*; a segunda discute a construção teórica d'*O Capital* – destacando o resultado obtido quando não há alteração da composição orgânica, como também, quando esta varia no sentido de diminuir relativamente a parte variável do capital; e, a terceira, investiga a formação do exército industrial de reserva e as três formas que ele pode assumir.

## 2.1 A NATUREZA DO CAPITAL

Inversamente à discussão apresentada sobre salários, na qual pôde-se definir a natureza destes e sua relação com o valor da força de trabalho, conceituar “capital” torna-se tarefa mais complexa. O verbete *capital* discutido no dicionário do pensamento marxista destaca duas possíveis interpretações que se associam à teoria econômica vulgar<sup>4</sup> e à teoria econômica marxista. Na linguagem comum e, também, para economia vulgar a palavra capital assume sentido bastante amplo. Pode ser entendida como a riqueza possuída por um indivíduo, tanto física como intelectual (na forma de “capital humano”), assim como, pode ser qualquer investimento que ofereça

---

<sup>4</sup> Conforme verbete do dicionário do pensamento marxista, “economia vulgar” foi um termo utilizado por Marx para designar a teoria econômica pós-ricardiana.

uma taxa de retorno seja na forma de juro, lucro, dividendo etc. Desta forma, o capital é, para a economia vulgar, qualquer bem que gere um fluxo de renda para seu proprietário.

A economia marxista tem um entendimento bem diferente do que seja capital. Este não pode ser entendido dentro de outro modo de produção que não o capitalismo, pois, ele se configura numa relação de produção social específica mantida por duas classes sociais distintas, em que a distinção é dada pela legitimidade jurídica da propriedade privada dos meios de produção. Não há em toda obra de Marx uma definição simples e restritiva do termo capital, mas a seguinte passagem tenta demonstrar sua natureza:

o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um carácter social específico (...) São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornados independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificados, em virtude dessa antítese, no capital. (...) Estamos, portanto, no caso, diante de uma determinada forma social, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo de produção social historicamente produzido. (MARX, 1980, p.797)

Portanto, diferentemente do entendimento da economia vulgar, o capital não se resume numa soma de dinheiro qualquer, numa simples máquina, num equipamento isolado, em títulos ou ações potencialmente geradores de renda. Conforme demonstrado no verbete *capital* do Dicionário do Pensamento Marxista, para que o dinheiro, por exemplo, se configure em capital deve passar por um processo de transformação bem definido, o qual Marx descreveu dentro do circuito do capital. Neste circuito as mercadorias passam por dois tipos de metamorfoses: a mudança formal e a mudança material. A primeira ocorre na esfera da circulação enquanto a segunda ocorre na esfera da produção. No entanto, essas transformações encerram entre si uma diferença fundamental, pois apenas no segundo tipo o dinheiro assume o carácter de capital.

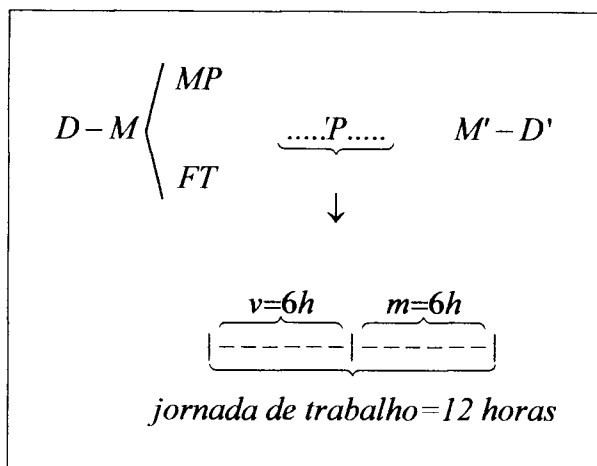
Marx deriva o circuito do capital a partir da circulação simples de mercadorias. Esta é definida por  $M - D - M$ , onde se podem distinguir duas transações: a venda ( $M - D$ ) e a compra ( $D - M$ ). Nestas transações as mercadorias apenas mudam de forma, passando de mercadoria ( $M$ ) para dinheiro ( $D$ ) e de dinheiro ( $D$ ) para mercadoria ( $M$ ). O objetivo final é o consumo, o valor de uso das mercadorias desaparece, contudo, o valor delas não se modifica. De outra forma, na circulação de mercadorias o valor é conservado, já que as mercadorias são trocadas por equivalentes.

A expansão da circulação simples de mercadorias explicita a fórmula geral do capital:  $D - M - D$ . Aqui, o dinheiro é utilizado para comprar mercadorias, as quais serão utilizadas para produzir mais mercadorias que, posteriormente, serão vendidas. Naturalmente, na venda dessas últimas o capitalista deseja obter em troca mais dinheiro do que gastou. Assim, a fórmula geral do capital é mais bem representada por:  $D - M - D'$ , onde  $D' = D + \Delta D$ , isto é, o dinheiro inicialmente adiantado mais uma quantidade acrescida. (MARX, 1996a)

É precisamente neste ponto que reside a diferença entre as duas esferas. Apenas nesta última o dinheiro assume o papel de capital, pois a quantia inicial se transformou, no final do circuito, em quantidade acrescida de dinheiro. Mas, se as mercadorias são trocadas por equivalentes de valor na esfera da circulação, de onde e como surge esse valor aumentado? O valor novo incorporado às novas mercadorias vem do trabalho, mais precisamente da força de trabalho, que é a única capaz de gerar valor. Já que as mercadorias, na esfera da circulação, são trocadas por equivalentes, conclui-se, portanto, que o valor não pode nascer na circulação, mas sim, na esfera da produção.

A ilustração 2.1 foi construída com base no exposto no verbete *capital* do Dicionário do Pensamento Marxista. Ela mostra, esquematicamente, a fórmula desenvolvida do capital descrevendo, ao mesmo tempo, o que ocorre na esfera da circulação e da produção.

## ILUSTRAÇÃO 2.1: FÓRMULA GERAL DO CAPITAL DESENVOLVIDA



FONTE: Dicionário do Pensamento Marxista.

Na circulação, D é o dinheiro inicialmente adiantado pelo capitalista para comprar M, que representa as mercadorias necessárias para o processo produtivo. Essas mercadorias dividem-se em duas grandes categorias: os meios de produção (MP) e a força de trabalho (FT). Depois de compradas, tais mercadorias entram na esfera da produção representada por P, o *locus* da conservação e geração do valor. Como já foi visto, o trabalhador vende sua força de trabalho pelo seu valor ( $v$ ) e aliena ao capitalista seu valor de uso. Assim, a força de trabalho é posta em funcionamento por um tempo maior que o necessário a sua (re) produção, gerando assim um valor a mais denominado de mais-valia ( $m$ ). Após a transformação das mercadorias iniciais naquelas destinadas a futura venda e com a mais-valia incorporada a elas, retorna-se à circulação com M' representando as mercadorias com valor aumentado e D' a soma de dinheiro, também aumentada, que se verificará após a realização das novas mercadorias.

A fórmula desenvolvida do capital possibilita a visualização de dois importantíssimos conceitos da teoria de Marx, os quais estarão presentes até o fim deste trabalho, pois assumem um papel fundamental dentro do processo de acumulação, são eles: o conceito de composição do capital e de mais-valia. O primeiro refere-se à divisão do capital total entre meios de produção (ou capital constante) e

força de trabalho (ou capital variável). O segundo representa o elemento que possibilita a existência do modo de produção capitalista. Dada a importância de ambos, as seções seguintes serão reservadas a uma discussão mais detalhada destes conceitos.

### 2.1.1 A Composição do Capital

Conforme visto no desenvolvimento da fórmula geral do capital, as mercadorias compradas pelo capitalista, para iniciar ou dar continuidade ao processo produtivo, dividem-se em duas categorias: meios de produção e força de trabalho. À proporção entre elas denomina-se composição do capital. Nos livros I e III, Marx apresentou três perspectivas desta composição, são elas: a composição técnica do capital (CTC), a composição de valor do capital (CVC) e a composição orgânica do capital (COC). Esta seção discutirá os conceitos e as inter-relações entre essas três perspectivas.

Segundo MARX (1996b) a composição do capital pode ser analisada sob dois aspectos: do ponto de vista do valor e do ponto de vista da matéria. Deste último ponto de vista, a composição do capital se resume na proporção entre meios de produção e força de trabalho viva. Noutros termos, é a razão física entre máquinas, insumos, instrumentos etc, de um lado, e a força de trabalho necessária para transformá-los em produto, de outro. Essa composição é a chamada composição técnica do capital (CTC). Marx em sua exposição sobre a lei geral da acumulação, demonstra que a CTC tende a aumentar no decorrer do processo de acumulação, sendo então, a própria expressão do aumento da produtividade.

A despeito de a CTC ser uma categoria de análise bastante relevante sua utilização prática defronta-se com o seguinte problema: não permite uma fácil mensuração dos meios de produção e da força de trabalho, na medida em que, não se pode somar quantidades físicas heterogêneas. (FINE & SAAD-FILHO, 2003) Além disso, o aumento na CTC, isto é, o aumento da produtividade, altera o valor das

mercadorias e, deste modo, a análise da composição do capital do ponto de vista do valor torna-se fundamental.

Do ponto de vista do valor a composição do capital pode ser descrita pela composição orgânica (COC) ou pela composição de valor (CVC). A distinção entre elas assume verdadeira relevância apenas num contexto dinâmico, já que, estaticamente, ambas refletem a proporção entre o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho. A diferença não se encerra no âmbito conceitual, mas sim cronológico. (FINE & SAAD-FILHO, 2003)

Para compreender a distinção entre a COC e a CVC, suponha-se, como o fizeram os autores, de um lado, a indústria do aço e, de outro, todas as demais indústrias que utilizam o aço como insumo. Se, na indústria do aço, ocorre um aperfeiçoamento técnico que reduz o valor dele, isso provocará uma mudança na CVC de todas as indústrias nas quais o aço entra na formação do capital constante. Supondo a força de trabalho homogênea, então a CVC nestas indústrias será modificada de acordo com a quantidade relativa de aço utilizado. No entanto, a COC nestas indústrias não sofrerá modificação, pois a CTC não se alterou. Assim, “chamamos de composição *orgânica* do capital à composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e a reflete.” (MARX, 1980, p.165)

Uma explicação do ponto de vista cronológico infere que a COC capta as mudanças na CTC em valores “antigos”, os quais existiam antes da introdução da nova técnica. Entretanto, tal mudança técnica provoca a diminuição dos valores das mercadorias, pois permite a produção de maior número de mercadorias no mesmo espaço de tempo. Assim, a CVC, mensura a mudança na CTC levando em conta os “novos” valores. Portanto, “a CVC capta as implicações contraditórias do aumento da CTC, assim como, a queda dos valores devida ao progresso tecnológico – por isso, a CVC tende a aumentar mais lentamente que a CTC e a COC.” (FINE & SAAD-FILHO, 2003, p.107)

As discussões feitas n’*O Capital*, referentes à dinâmica do processo de acumulação, utilizam como medida da composição do capital apenas a composição orgânica. Compreende-se que a utilização da composição técnica para a análise do processo de acumulação enseja a dificuldade de mensuração das quantidades físicas heterogêneas dos meios de produção e da força de trabalho, conforme discutido anteriormente, e que por isso as composições de valor sejam importantes. Entretanto, resta saber por que Marx não trabalhou com o conceito de composição de valor, ao invés de composição orgânica, na medida em que, aquela capta as mudanças dinâmicas do processo de acumulação e, por isso, talvez pudessem descrever melhor tal processo.

Apesar disso, sabe-se que o efeito da contínua busca pelo aumento da produtividade reflete-se nas mudanças na composição técnica. Da mesma forma, a percepção do aumento ou da diminuição do exército industrial de reserva se dá através da verificação das modificações nas relações técnicas de produção. Isso significa dizer que, para investigar o aumento ou diminuição da demanda por força de trabalho se faz necessário analisar as mudanças na composição técnica. Assim, já que Marx definiu a composição orgânica como a “composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e a reflete” fica esclarecido por que ele desenvolve toda a análise com base nas modificações da composição orgânica. A composição de valor não seria capaz de refletir o movimento de expansão ou contração do exército industrial de reserva.

### 2.1.2 A Produção de Mais-Valia

Já foi visto que o processo de valorização do capital não ocorre na circulação, mas sim, na produção. Assim, a produção de mais-valia ocorre dentro do processo produtivo, no momento em que o capitalista põe em ação a força de trabalho. Esta é vendida pelo trabalhador, o qual recebe em troca um salário equivalente ao valor de

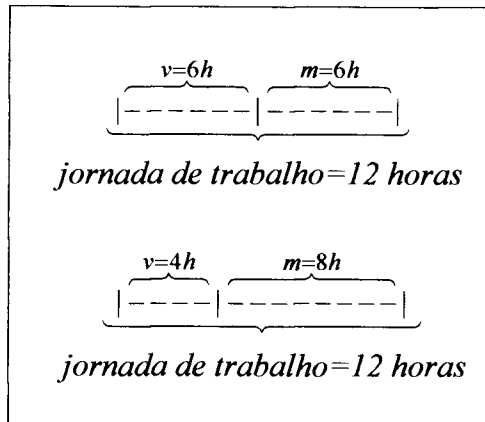
sua força de trabalho e cede ao capitalista o valor de uso de tal força. “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são portanto duas magnitudes distintas.” (MARX, 1996a, p.218) É precisamente este fato que permite a geração da mais-valia, na medida em que, a duração da jornada de trabalho é tal que o trabalhador produz o necessário para repor o valor de sua força de trabalho e, ainda, gerar um valor a mais, o qual é apropriado pelo capitalista.

Importante notar que, o fato da mais-valia significar uma relação entre trabalho pago e não pago, não implica em troca injusta entre trabalhador e capitalista. A despeito de Marx assumir a possibilidade de que a força de trabalho possa ser vendida por um valor inferior ao seu verdadeiro valor, todo o desenvolvimento teórico exposto no *Capital* toma por hipótese que as mercadorias são vendidas por seu valor. Portanto, a mais-valia não indica uma relação de troca injusta entre trabalhador e capitalista, mas sim, uma relação de exploração entre classes, pelo fato de que o acesso aos meios de produção é restrito apenas a classe dos capitalistas.

MARX (1996a) destaca a existência da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, diferenciando-as pela forma de obtenção. A primeira é conseguida sempre que se amplia a duração da jornada de trabalho. A segunda é obtida pela diminuição do valor da força de trabalho e conseqüente aumento da mais-valia, sem mudança na duração da jornada de trabalho.

A figura a 2.2 ilustra a obtenção da mais-valia relativa, onde  $v$  é igual ao valor da força de trabalho,  $m$  é a mais-valia e a jornada de trabalho tem duração de doze horas. Note que a mais-valia aumentou de 6 h para 8 h, enquanto o valor da força de trabalho diminuiu de 6 h para 4 h. Mas, a diminuição do valor da força de trabalho só pode ocorrer quando diminui o valor das mercadorias que compõe a cesta de consumo do trabalhador. Assim, a diminuição deste valor deve ser conseguida através da introdução de novos métodos, técnicas ou equipamentos que permitam o aumento da produtividade do trabalho e o conseqüente barateamento das mercadorias que determinam o valor da força de trabalho.

## ILUSTRAÇÃO 2.2: MAIS VALIA RELATIVA



FONTE: Elaboração própria.

Importante notar que a introdução de novas tecnologias não é feita pelos capitalistas conscientemente visando a obtenção da mais-valia relativa. Na verdade, quando o capitalista introduz um aperfeiçoamento no processo produtivo sua expectativa é reduzir o custo unitário das mercadorias de modo a tornar-se mais competitivo. A redução dos custos implicará no barateamento das mercadorias produzidas, de modo que, possam ser vendidas por um preço abaixo do preço de mercado permitindo que o capitalista individualmente afaça, desta forma, mais-valia extraordinária. Esta desaparecerá quando a técnica difundir-se entre os demais capitalistas.

Quando capitalistas dos ramos de produção de mercadorias que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores introduzem novas tecnologias de forma a baratear tais mercadorias, então o valor da força de trabalho reduz-se e os capitalistas em geral podem obter mais valia relativa. Portanto, a mais-valia extraordinária configura-se como veículo de obtenção da mais-valia relativa.

## 2.2 A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Nesta seção serão confrontados os argumentos de Marx expostos em duas distintas obras: em *Trabalho assalariado e capital* e *O Capital*. Conforme já observado, a primeira obra, a qual antecede cronologicamente *O Capital*, foi escrita numa linguagem bastante informal e com a despreocupação explícita do rigor científico. Talvez por isso ela apresente dois argumentos, aparentemente contraditórios, que relacionam os salários à dinâmica de acumulação do capital. A intenção é verificar se essas contradições foram resolvidas ou não n’*O Capital*, tentando concluir algo a respeito do movimento dos salários no decorrer do processo de acumulação.

Para expor esses argumentos de forma didática faz-se necessário subdividir esta seção em três partes. A primeira discutirá os argumentos retirados do *Trabalho assalariado e capital* identificando suas contradições. A segunda discutirá os argumentos expostos n’*O Capital* confrontando-os com a seção anterior. A terceira apresentará a formação do exército industrial de reserva como um resultado importante do processo de acumulação de capital e, portanto, como regulador dos salários .

### 2.2.1 A Relação entre Trabalho Assalariado e Capital

A obra *Trabalho assalariado e capital* foi constituída a partir da edição de vários panfletos escritos por Marx a partir de 1849 e publicados na *Neue Rheinische Zeitung*<sup>5</sup>. Nestes escritos já é possível encontrar as principais noções que fundamentam a teoria marxista, as quais foram posteriormente desenvolvidas n’*O Capital*, entre elas a relação entre acumulação de capital e salários.

Nesta obra, Marx inicia sua discussão mostrando a natureza aparente dos salários – tal como foi feito no capítulo 1 do presente estudo – de modo a identificá-los

---

<sup>5</sup> Traduzido para o português como “Nova Gazeta Renana”.

como o preço da mercadoria força de trabalho. Então, passa a investigar como se determina tal preço, concluindo que ele deve oscilar em torno dos custos de produção. Discute, ainda, como se determina o custo de produção da força de trabalho para, então, chegar à análise das relações entre trabalho assalariado e capital. Neste ponto Marx descreve o capital como sendo uma relação social de produção que depende da força de trabalho para conservar e aumentar seu valor. É precisamente a partir deste ponto que Marx conclui seu primeiro argumento:

O capital só pode aumentar se for trocado por força de trabalho, se criar trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada por capital, multiplicando esse capital, fortalecendo essa potência de que ele é escravo. (...) O interesse do capitalista e do operário é portanto o *mesmo*, afirmam os burgueses e os seus economistas. É verdade! O operário morre se o capitalista não o emprega. O capital desaparece, se não explora a força de trabalho, e para o fazer tem que comprá-la. *Quanto mais rapidamente cresce o capital destinado à produção, o capital produtivo e por conseguinte, quanto mais próspera é a indústria, quanto mais se enriquece a burguesia, quanto melhor vão os negócios, mais operários necessita o capital e mais caro se vende o operário.* (MARX, 1983, p. 30)

Portanto, o primeiro argumento indica que a demanda por força de trabalho é maior conforme aumenta a acumulação do capital e, por conseguinte, os salários também devem aumentar. Marx prossegue a análise discutindo a relação entre salário nominal *versus* salário real e salário *versus* lucro, para concluir que quando o salário aumenta, decorrente da acumulação do capital, o lucro aumenta “incomparavelmente mais depressa” e que esse processo não se constitui condição favorável para o trabalhador, pois só faz aumentar o abismo social existente entre capitalistas e trabalhadores. Assim, para demonstrar que esse abismo social acompanha o processo de acumulação, Marx argumentará que o desenvolvimento do capital não está tão “indissolúvelmente” ligado ao aumento dos salários, existem “mecanismos” que permitem dissociá-los, como por exemplo, o aumento da produtividade do trabalho.

Por isso, na continuidade de seu argumento, Marx coloca aumento da concorrência entre os capitais como fator que estimula a busca pelo aumento da produtividade. Dado que as batalhas dentro da concorrência são vencidas pelos

capitais que conseguem vender mais barato e, portanto, produzir mais barato, os capitalistas buscam esse barateamento através do aumento da produtividade do trabalho, o qual é conseguido pela intensificação da divisão do trabalho e pela introdução de novas máquinas e equipamentos.

Finalmente, Marx conclui apresentando seu segundo argumento, qual seja, que a constante introdução e aperfeiçoamento das máquinas no processo produtivo liberam parte da força de trabalho, tornando-a ociosa. Isso aumenta a concorrência entre os operários, na busca de uma ocupação, pressionando cada vez mais os salários para baixo. “Resumindo: *quanto mais se desenvolve o capital produtivo*, mais cresce a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria; quanto mais cresce a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria, mais aumenta a concorrência entre os operários e *mais diminuem os salários.*” (MARX, 1983, p. 44)

Como se mostrou neste breve resumo da obra, a acumulação de capital pode levar tanto ao aumento dos salários como à diminuição deles. Colocado desta forma, evidentemente, esses argumentos se contradizem um ao outro. De fato, Marx não discutiu seus argumentos profundamente, talvez por se tratar de um texto mais informativo do que científico, assim, não mostrou logicamente em que condições os salários podem aumentar e, tão pouco, por que abandonar o primeiro argumento e tomar o segundo como conclusão geral do que ocorre no processo de acumulação, deixando espaço para várias questões.

A primeira questão que poderia ser colocada é se esses argumentos se encaixam numa análise intertemporal do tipo curto e longo prazo (ainda que em nenhum momento tenha explicitado isso) de forma que, o aumento dos salários poderia ocorrer, na medida em que aumenta a acumulação, mas apenas no curto prazo. No longo prazo, a concorrência entre os capitalistas, incita a busca pelo aumento da produtividade e, conseqüentemente, a introdução de máquinas. O aumento da produtividade torna possível dispensar parte da força de trabalho ou mesmo substituí-la por força de trabalho mais barata, de forma que, os salários tendem a ser diminuídos.

Outra maneira de resolver a contradição é caracterizar melhor o contexto no qual esses resultados para o salário podem ocorrer. Por exemplo, Marx menciona o fato de que os salários aumentam, com a acumulação, “quanto mais próspera é a indústria” ou “quanto melhor vão os negócios”, assim, pode-se propor uma análise a partir das várias fases dos ciclos econômicos, de forma que, os salários possam aumentar na prosperidade e diminuir em momentos de crises ou de diminuição da atividade econômica.

Tendo em vista essas observações, o propósito agora é apresentar o conteúdo exposto n’*O Capital* sobre esse assunto de modo a identificar como uma investigação mais científica tratou a análise dos salários dentro do processo de acumulação de capital.

### 2.2.2 A Lei Geral da Acumulação Capitalista

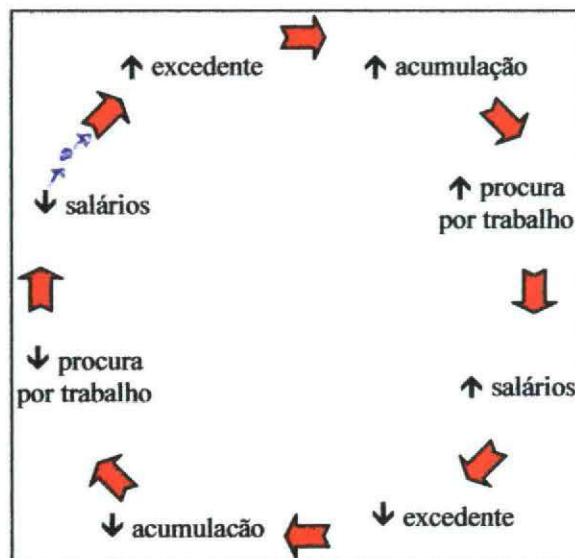
N’*O Capital*, volume I, capítulo intitulado “A lei geral da acumulação capitalista” Marx expõe o processo de acumulação sob duas hipóteses: mantendo-se constante a composição orgânica do capital e variando essa composição. Note que aqui, Marx usa um importante instrumental analítico, criado por ele mesmo, que é a composição do capital. Assim, primeiramente será feita a exposição dos argumentos dessa obra para depois confrontá-los com a seção anterior.

Tomando-se a hipótese de que não se modifica a quantidade de capital variável exigida para por em funcionamento determinada quantidade de capital constante, ou seja, mantendo-se invariável a composição orgânica do capital e considerando-se, ainda, inalteradas as demais condições, o que ocorre com os salários quando o excedente de um período é continuamente reinvestido no período seguinte, isto é, quando decorre o processo de acumulação?

Conforme argumenta MARX (1996b) sob a hipótese de o excedente ser dividido na mesma proporção entre capital variável e capital constante, então a procura por

força de trabalho aumentará a cada ano, na mesma proporção em que aumentar o capital. Se esse processo se repete continuamente, de forma que a intensidade do crescimento da acumulação do capital exceda o crescimento da população trabalhadora, então, a procura por força de trabalho será maior do que a oferta e, assim, haverá pressão para aumentar os salários. Os salários aumentarão somente até certo ponto, pois a partir do momento em que os salários ficam muito altos, relativamente ao excedente, a diminuição deste leva a queda da acumulação. Uma menor acumulação diminuirá a procura por trabalho (gerando aumento da superpopulação relativa) e conseqüentemente desaparecerá a pressão para alta dos salários, então, estes diminuirão. A diminuição dos salários possibilita um novo aumento do excedente e o processo repete-se de forma circular, como ilustrado na figura 2.3.

**ILUSTRAÇÃO 2.3: O AJUSTE DOS SALÁRIOS COM COC CONSTANTE**



FONTE: Elaboração própria.

Com isso Marx sugere que os salários podem aumentar, mantida a hipótese da composição orgânica do capital constante, somente até o ponto no qual não atrapalham a acumulação, assim, é o movimento de alta ou baixa da acumulação que regula o

nível dos salários e não o contrário. “Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, o montante dos salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta.” (MARX, 1996b, p. 721)

Retirando a hipótese de que a composição orgânica do capital mantenha-se constante e considerando agora o aumento desta composição, o que ocorrerá com os salários durante o processo de acumulação de capital? Para responder essa pergunta deve-se esclarecer, primeiramente, o que significa uma mudança na composição do capital e qual a sua implicação.

O aumento da relação entre capital constante e variável, ou seja,  $(\frac{c}{v}) \uparrow$ , pode originar-se a partir de diversas fontes: do aumento em  $c$  permanecendo constante  $v$ ; da diminuição de  $v$  permanecendo constante  $c$ ; do aumento em  $c$  simultaneamente a diminuição em  $v$  ect. O importante é notar que tais variações estão relacionadas à introdução de novas máquinas, instrumentos ou métodos de trabalho no processo produtivo. A implicação destas modificações na composição do capital reflete-se diretamente no aumento da produtividade do trabalho.

Mas, afinal, o que leva os capitalistas a buscarem, cada vez mais, o aumento da composição do capital, isto é, o aumento da produtividade do trabalho? Como foi visto na seção que discuti a formação da mais-valia, a concorrência entre os capitais estimula o aumento da produtividade do trabalho com o intuito de baratear os preços de suas mercadorias e auferir, pela diferença entre o preço individual e o preço de mercado, a mais-valia extraordinária. Portanto, é a própria concorrência que, em última análise, exerce pressão para o aumento da produtividade do trabalho. Conforme observou MARX (1996b, p. 729): “a batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e este, da escala da produção. Os capitais grandes esmagam os pequenos.”

Assim, a pressão competitiva provoca, entre outras coisas, a busca continua pelo aumento da produtividade. Tal aumento possibilita dois efeitos sobre o resultado

do processo produtivo. De um lado, o aumento da produtividade, de uma firma individual, permite a produção de mais mercadorias num mesmo espaço de tempo, reduzindo, assim, o valor das mercadorias e, conseqüentemente, o preço individual. Isso possibilita ao capitalista individual auferir mais-valia extra, por ser seu preço individual mais barato que o de mercado. E ainda, o aumento da produtividade nos ramos que produzem as mercadorias consumidas pelos trabalhadores, possibilita a diminuição do valor da força de trabalho, fazendo aumentar a taxa de mais-valia pela via relativa.

De outro lado, o aumento da produtividade torna supérflua parte da força de trabalho empregada, já que um número menor de trabalhadores é capaz de produzir a mesma quantidade de mercadorias que era produzida antes do aumento da produtividade gerando, assim, aumento do exército industrial de reserva. É precisamente esse segundo efeito que modifica o resultado final da análise do movimento dos salários comparativamente ao resultado obtido sob a hipótese de composição orgânica constante.

Como foi visto, considerando-se constante a composição do capital, o nível dos salários será regulado pela alta ou baixa da acumulação. Inversamente, no caso de haver aumento na composição orgânica do capital e, conseqüentemente, aumento da produtividade do trabalho, a diminuição da necessidade de força de trabalho faz diminuir a procura por trabalho gerando uma superpopulação relativa, a qual contribuirá para diminuição dos salários. Portanto, “os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial.” (MARX, 1996b, p. 739)

Assim, os resultados acima se constituem nos dois principais argumentos encontrados n’*O Capital* relacionando os salários ao processo de acumulação. A confrontação deles com aqueles expostos em *Trabalho Assalariado e Capital*, concluirá que, a despeito da argumentação não ser a mesma, os resultados finais obtidos são idênticos, conforme será visto a seguir.

Em *Trabalho Assalariado e Capital* Marx considera, num primeiro momento, a possibilidade de que os salários aumentem com o aumento da acumulação sem, contudo, oferecer uma explicação para o fato. N’*O Capital* ele começa a exposição já sob a hipótese de que a composição orgânica do capital é mantida constante e que, com isso, os salários poderão aumentar se a taxa de acumulação exceder a taxa de crescimento populacional. E, ainda, dá continuidade ao argumento colocando a expansão e contração da acumulação como reguladora do nível de salários. Portanto, o primeiro argumento encontrado em *Trabalho assalariado e capital* e o primeiro argumento d’*O Capital*, são exatamente os mesmos, no entanto, na segunda obra, Marx usa um instrumento analítico mais refinado – a composição orgânica do capital mantida constante – para explicar a possibilidade de aumento dos salários.

Por conseqüência, o segundo argumento de ambas as obras, também, são idênticos, no entanto, n’*O Capital* Marx relaciona a introdução de maquinaria com o aumento da composição orgânica. Assim, o resultado obtido é a diminuição dos salários decorrente da contínua produção de superpopulação relativa. Neste caso, é a contração e expansão do exército industrial de reserva que regula o nível de salário.

Portanto, conclui-se que os argumentos encontrados em *Trabalho assalariado e capital* foram discutidos e melhor elaborados n’*O Capital*, de modo que, a aparente contradição encontrada na relação entre acumulação e salários foi, de fato, desfeita com a introdução das hipóteses de composição orgânica constante e variável. No entanto, é freqüentemente argumentado, que a hipótese de manter constante a composição orgânica do capital, foi apenas um instrumento teórico-analítico utilizado por Marx para desenvolver o raciocínio. De fato, Marx sugeriu que apenas na fase inicial do capitalismo, a composição do capital mantinha-se mais ou menos constante ou mudava muito lentamente e que “por isso, à sua acumulação correspondia antes, de modo geral, o crescimento proporcional da procura por trabalho.” (MARX, 1996b, p.734)

Se isso for válido, tende-se a concluir que o resultado do processo de acumulação do capital gera crescente e continuamente uma superpopulação relativa que possibilitará manter os salários em níveis cada vez mais baixos ou, na melhor das hipóteses, no mesmo nível. No entanto, essa conclusão desconsidera os fatos guardados pela História que mostram, nos períodos de forte crescimento nos países industrializados, a redução do desemprego e a elevação dos salários. Por isso, a análise do movimento dos salários baseada na contínua produção do exército industrial de reserva parece incompleta e requer uma construção mais satisfatória.

A partir disso, pode-se questionar se a hipótese de constante composição orgânica do capital, ou ainda, a consideração de que ela possa mudar lentamente, é, de fato, uma hipótese irreal para o capitalismo atual? Em que intervalos de tempo tem se propagado as ondas de revolução tecnológica? Será que os capitalistas conseguem se livrar com grande facilidade de seus capitais imobilizados na forma de capitais fixos, de forma a, substituí-los por tecnologias mais avançadas? E, ainda, será que o custo de uma nova tecnologia poupadora de força de trabalho é sempre mais viável do que a contratação da própria força de trabalho?

Essas perguntas têm o objetivo único de colocar em teste esse argumento que atribui à mudança da composição orgânica do capital a conseqüência fundamental do processo de acumulação de capital de gerar continuamente a superpopulação relativa, de forma que os salários sejam regulados por ela. Para conseguir uma explicação mais satisfatória do movimento dos salários no processo de acumulação de capital precisa-se, antes de tudo, analisar mais detalhadamente a formação do exército industrial de reserva.

### 2.2.3 O Exército Industrial de Reserva e suas Formas

Como foi visto na seção anterior, MARX (1996b), constrói uma “lei da população” no capitalismo demonstrando que o movimento da acumulação do capital

produz uma crescente superpopulação relativa, pois o aumento contínuo do capital constante em relação ao variável libera força de trabalho, a qual não pode ser totalmente reabsorvida no processo produtivo, mesmo com o aumento da acumulação, já que “sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável ela [a procura por trabalho] cai progressivamente com o aumento do capital global” dada a mudança na composição orgânica deste capital. (MARX, 1996, p. 732) Essa superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva pode assumir três formas: a flutuante, a latente e a estagnada.

A superpopulação relativa sob a forma *flutuante* caracteriza-se pelos trabalhadores que “são ora repelidos ora atraídos em quantidade maior” para dentro do processo produtivo, ou seja, aqueles trabalhadores que são demitidos em função de uma contração da atividade industrial e que serão reabsorvidos, em maior ou menor proporção de acordo com as necessidades de nova expansão do capital. (MARX, 1996b, p. 744)

Sob a forma *latente*, encontram-se os trabalhadores que são expulsos da atividade agrícola em função da crescente capitalização da agricultura e da conseqüente introdução de máquinas e equipamentos que diminuem a demanda por força de trabalho. Essa população trabalhadora rural transferir-se-á para a cidade, à procura de ocupação, na medida em que a agricultura tem muito menos poder de reabsorção de trabalhadores do que a indústria.

Por fim, a forma *estagnada* da superpopulação relativa “constitui-se parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular.(...) Conhecemos já sua configuração principal sob o nome de trabalho a domicílio.” (MARX, 1996b, p. 746) Esse tipo de atividade domiciliar exige dispêndio máximo de trabalho e proporciona os menores salários possíveis, incorporando os trabalhadores que se tornaram supérfluos na indústria e na agricultura.

Então, conforme exposto, o exército industrial de reserva é formado pelo contínuo aumento da composição orgânica do capital, ou em outras palavras, pela constante substituição de força de trabalho por novas máquinas ou métodos de produção, pois esse tipo de procedimento aumenta a produtividade do trabalho trazendo como conseqüência a liberação de parte da força de trabalho, tornando-a excedente relativamente ao capital acumulado.

No entanto, a intensidade na qual essa superpopulação relativa é formada depende das fases do ciclo industrial, conforme observou MARX (1996b, p.736): “o curso característico da indústria moderna, um ciclo decenal, com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores, constituído de fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação, baseia-se na formação contínua, na maior ou na menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva (...).”

Portanto, se o exército industrial de reserva se expande e se contrai, tal como Marx propõe, na medida em que é formado, exaurido e reconstituído dentro do ciclo de negócios e se os salários são regulados por tal expansão e contração, então os salários deverão, também, variar ciclicamente dentro de tal processo. Por isso, uma adequada análise do movimento dos salários no decorrer do processo de acumulação do capital deve ser realizada a partir da construção de uma teoria do ciclo de negócios. Assim, a despeito da existência de várias vertentes, dentro da teoria marxista, para o estudo das crises e, portanto, dos ciclos, o próximo capítulo apresentará apenas uma proposta de análise, apontando suas limitações.

### 3 SALÁRIOS, CICLO DE NEGÓCIOS E CRISES

Dentro da teoria marxista, assim como em qualquer outra corrente de Teoria Econômica, existem várias interpretações sobre o mesmo objeto de estudo. Isto ocorre, especialmente, quando se trata da discussão sobre ciclo de negócios e crises. Seguindo uma classificação apresentada por ITOH (1988) podem-se apontar duas grandes abordagens que pretendem explicar as crises das economias capitalistas, numa perspectiva marxista. A primeira, denominada pelo autor como *excess commodity theories of crisis*, a qual será indicada simplesmente como “excesso de mercadorias” e a segunda chamada de *excess capital theories of crisis*, doravante “excesso de capital”. Conforme o autor cada uma delas contém duas variantes, quais sejam:

- i. Teoria de excesso de mercadorias: variante do sub-consumismo e variante da desproporção entre ramos industriais.
- ii. Teoria de excesso de capital: variante da escassez de força de trabalho (também conhecida como *profit squeeze*) e variante do aumento da composição orgânica do capital.

Itoh argumenta que, de fato, Marx abriu possibilidade para essas quatro interpretações sobre o tema crises, contudo deve-se reconhecer, também, que essa área de pesquisa foi deixada incompleta n’*O Capital*. Em vista disso, não será feita uma revisão completa e exaustiva sobre todas essas teorias e suas conclusões, pois isso excederia o escopo pretendido neste trabalho. Ao contrário, será apresentada apenas uma construção teórica sobre ciclo de negócios e crises que permita destacar o movimento dos salários dentro deste processo, apontando eventuais limitações. Segundo ITOH (1988), a construção teórica oferecida por ele, não exclui a possibilidade de utilização de nenhuma das quatro variantes, contanto que, num nível de pesquisa mais concreto e específico.

### 3.2 UMA TEORIA BÁSICA DO CICLO DE NEGÓCIOS E CRISES

O objetivo explicitado por ITOH (1988, p. 292) é construir uma teoria básica do ciclo de negócios e crises que abstraia as especificidades do processo histórico, ou seja, dos estágios do capitalismo, como por exemplo o liberalismo, assim como as condições específicas de cada país derivadas de sua inserção na economia mundial. Segundo o autor isso é imprescindível, pois a consistência de uma teoria de ciclo de negócios regular e crises requer níveis básicos de princípios e não pode ser construída sob diferentes possibilidades de relações causais. Assim, ele destaca três requisitos principais que deve conter uma teoria de ciclo de negócios e crise:

- i. Essa teoria deve mostrar a inevitabilidade lógica, e não a mera possibilidade, de ocorrência de agudas crises generalizadas como expressão das inerentes contradições do modo de produção capitalista.
- ii. Deve mostrar o caráter cíclico das crises junto com a alternância regular entre prosperidade e depressão, de forma que tais crises não precisam ser nem crônicas nem totalmente destrutivas, mas sim na forma de ciclos regulares.
- iii. Deve ser consistente com a Teoria do Valor.

Dados tais requisitos, Itoh parte de sua interpretação d'*O Capital* para reproduzir três argumentos importantes apontados no capítulo sobre *A lei geral da acumulação capitalista* os quais, segundo o autor, são expostos por Marx de forma relativamente “independente e não unificados organicamente” constituindo-se, por isso, uma grande tarefa a unificação coerente de tais argumentos na forma de uma teoria do ciclo de negócios.

O primeiro argumento refere-se à consequência sobre os salários que pode ser retirada da primeira parte do capítulo sobre a lei geral da acumulação. Nesta parte,

considerando a composição orgânica do capital constante<sup>6</sup> a demanda por força de trabalho aumentará juntamente com o aumento da acumulação e o ciclo de ajustamento dos salários fica bem ilustrado pela seguinte passagem:

Ou o preço do trabalho continua a elevar-se, por não perturbar essa alta o progresso da acumulação (...) Ou, o outro lado da alternativa, a acumulação retarda-se em virtude de elevar-se o preço do trabalho, ficando embotado o agulhão do lucro. A acumulação diminui. Mas o decréscimo faz desaparecer a própria causa que o originou, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O mecanismo da produção capitalista remove os obstáculos que ele mesmo cria temporariamente. O preço da força de trabalho volta de novo a um nível que corresponda às necessidades de expansão do capital (MARX, 1996b, p. 720).

Conforme aponta ITOH (1988) essa passagem apresenta um completo ciclo para a lei da população no capitalismo, a qual é reforçada com a idéia de que os salários são a variável dependente e a acumulação a variável independente. Embora esse argumento seja importante na construção do ciclo de negócios ele apresenta basicamente dois problemas: o primeiro é que não demonstra a “limitação lógica do processo de aumento do preço da força de trabalho”; o segundo é que também não demonstra porque a acumulação ao invés de retardar-se (seguindo a trajetória circular descrita acima) não poderia entrar num estágio de “branda estagnação com níveis relativamente altos de emprego” ou, ainda, “causar uma grave crise fazendo tanto o nível de emprego como os salários caírem radicalmente”, caracterizando-se como uma fase do ciclo de negócios. (ITOH, 1988, p.303) O autor afirma que as soluções para esses problemas exigem a construção de uma “teoria regular do ciclo de negócios”, o que será discutido mais adiante.

O segundo argumento refere-se à formação contínua de uma superpopulação relativa quando, no decorrer do processo de acumulação, a composição orgânica do capital varia, ou dito de outra forma, a introdução de novas tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho tendem a liberar continuamente força de trabalho que se

---

<sup>6</sup> Itoh não considera que a hipótese de composição orgânica do capital mantida constante seja apenas um instrumento teórico-analítico ou que possa ter ocorrido apenas na fase inicial do capitalismo, pelo contrário, afirma que no decorrer do ciclo de negócios o efeito da concorrência provocará maior ou menor pressão para o aumento ou manutenção da composição orgânica do capital.

somam ao exército industrial de reserva já existente. Embora esse argumento tenha sido, de fato, fortemente enfatizado por Marx, ele não deve, segundo Itoh, constituir-se como resultado final da análise, pelo contrário ele constitui-se apenas parte de um processo e, assim sendo, outros argumentos, de igual importância também devem ser levados em conta.

Independentemente da ênfase dada apenas para a contínua formação da superpopulação relativa, é importante notar como Marx conclui a relação desta com os salários: “em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial” (MARX, 1996b, p. 739).

Com isso, o terceiro argumento refere-se a formação, exaustão e reconstituição da superpopulação relativa no decorrer do ciclo industrial, argumento esse que assume um papel fundamental para construção de uma teoria de ciclos. Desta forma Itoh quer mostrar que, a despeito da importância da compreensão de que o modo de produção capitalista produz uma superpopulação relativa, o próprio Marx também ressaltou que tal população trabalhadora era exaurida e posteriormente reconstituída no decorrer do processo de acumulação, na forma de um ciclo de negócios. Conforme as palavras de MARX (1996b, p.736):

O curso característico da indústria moderna, *um ciclo decenal*, com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores, *constituído de fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação*, baseia-se na formação contínua, *na maior ou na menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva*, a população supérflua, excedente. As alternativas do ciclo industrial recrutam a população excedente e se tornam os mais poderosos agentes de sua reprodução.

Desta forma, uma análise consistente do movimento dos salários dentro do processo de acumulação de capital exige a consideração da existência de fases durante tal processo que se caracterizam como períodos de prosperidade, crise e depressão. No entanto, a formulação de uma teoria que atenda tal análise deve levar em consideração

os próprios argumentos de Marx sobre a dinâmica da acumulação, por isso Itoh se propõe a unificá-los.

### 3.2 AS FASES DO CICLO

A construção teórica apresentada a seguir, pretende articular os três argumentos apresentados por Marx na *Lei geral da acumulação capitalista*. Para isso, subdividiu-se a seção em três itens: o primeiro apresentará os resultados do processo de acumulação no decorrer da fase de prosperidade, tendo como argumento principal a manutenção relativamente constante da composição orgânica do capital, a qual impõe, como conseqüência, a contínua absorção da superpopulação relativa existente e, por extensão, o aumento dos salários no final desta fase; o segundo mostrará o processo de crise, o qual é atribuído à ‘absoluta superprodução de capital’ em relação à população trabalhadora; e o terceiro apresentará a fase de depressão, cuja característica principal é o aumento da composição orgânica do capital e conseqüente reconstituição do exército industrial de reserva.

#### 3.2.1 A Prosperidade

Nesta fase, Itoh utiliza o primeiro argumento de Marx, discutido acima, referente ao aumento da acumulação acompanhado por uma composição orgânica relativamente constante. O autor explica que isso é possível, na prosperidade, por dois motivos. Primeiro é que a pressão competitiva não é tão forte nesta fase, de modo que, as motivações para o aperfeiçoamento da produtividade e para racionalização dos métodos são mais brandas. Na verdade, a concorrência atua de forma diferente na fase da prosperidade e da depressão. Nesta última, a competição é intensificada como resultado da “absoluta superprodução de capital” (ITOH, 1988, p.300) O segundo motivo é que a grande quantidade de capital fixo impõe algumas restrições para

mudanças radicais nos métodos. Desta forma, existindo uma superpopulação relativa, herdada da fase anterior, esse aumento da acumulação, com composição orgânica relativamente constante, absorverá parte desses trabalhadores sem causar pressão sobre os salários.

Uma característica importante desta fase é que os preços flutuam dentro de intervalos bem mais limitados, diminuindo o desequilíbrio entre os preços de mercado e os preços de produção. Isso permite que a acumulação se expanda em condições mais estáveis do mercado de trabalho e favorecendo o processo de equalização da taxa de lucro através das esferas industriais.

Além disso, o sistema de crédito, com taxas de juros baixas, ajudam a promover a acumulação de capital. A abundância de capital para empréstimo não deve ser colocada como causa da prosperidade, pelo contrário, ela é consequência da “próspera expansão da acumulação real de capital com taxas de lucros relativamente estáveis e satisfatórias”. (ITOH, 1988, p.306)

Enquanto o processo de acumulação se dá com taxas de lucro relativamente ‘estáveis e satisfatórias’, a superpopulação relativa será absorvida proporcionalmente ao aumento do capital. Itoh supõe que a taxa de capital anualmente acumulado, como sendo uma função da taxa de lucro, deverá ultrapassar a taxa de crescimento da população, reduzindo a superpopulação relativa.

Assim, no final da fase de prosperidade, o exército industrial de reserva deverá estar tão reduzido a ponto de iniciar uma pressão para o aumento dos salários. Itoh supõe que a inelasticidade da oferta de força de trabalho é capaz de fazer aumentar os salários nominais e, conseqüentemente, elevar os salários reais, de modo que a mais-valia e o lucro diminuam continuamente. Esse processo de queda da taxa de lucro, em função do aumento dos salários, deve resultar numa “absoluta superprodução de capital” conforme observado por Marx:

Na medida em que o capital cresce em tal proporção à população trabalhadora que nem o tempo de trabalho absoluto que essa população oferta nem seu tempo de trabalho extra pode ser aumentado (...); onde, por isso, o capital aumentado produz apenas a mesma massa de

mais valia que antes, haverá uma superprodução de capital; i.e. a expansão de  $C + \Delta C$  não produzirá qualquer lucro a mais, ou ainda, produzirá menos lucro, que o capital  $C$  produzia antes de seu aumento em  $\Delta C$ . (MARX, apud ITOH, 1988, p.308)

Nesta situação, Itoh argumenta que os capitalistas podem tentar manter parte de seus capitais ociosos objetivando aliviar as dificuldades postas pela superacumulação de capital. No entanto, este artifício resulta em perda de parcela de mercado acelerando, ainda mais, a queda tanto da massa como da taxa individual de lucro. Assim, na última fase da prosperidade, os capitalistas individuais devem continuar o processo de expansão, na tentativa de manter ou aumentar seus lucros.

A superacumulação de capital provoca o desenvolvimento especulativo do capital, reduz o ritmo de expansão, dificulta o ajustamento entre as várias esferas de produção, amplia a flutuação dos preços das mercadorias e, ainda, o aumento dos salários deve causar distúrbios nos custos de produção.

O desenvolvimento especulativo refere-se ao aumento do comércio especulativo e o armazenamento em grande escala daquelas mercadorias, cujo preço tende a aumentar. O sistema de crédito torna-se um importante instrumento para viabilizar esse crescimento irregular, assim, “o desenvolvimento dessas operações especulativas são (...) o corolário da última fase da prosperidade onde o capital real é super acumulado com o aumento nos salários” (ITOH, 1988, p. 310) Esse processo de superacumulação de capital e seu conseqüente desenvolvimento especulativo são restringidos pelo aumento da taxa de juros, juntamente com a reversão das funções do sistema de crédito, além da contínua queda da taxa de lucro.

O sistema de crédito que, na fase inicial da prosperidade, ofertava grandes quantidades de capitais para empréstimos e, como conseqüência, apresentava baixas taxas de juros, no final desta fase, dado o aumento significativo das operações especulativas, as quais são financiadas em grande parte pelo crédito, terá suas funções revertidas, ou seja, haverá diminuição da oferta de crédito e conseqüente aumento da taxa de juro. Desta forma, a última fase de prosperidade transforma-se, então, numa aguda crise.

### 3.2.2 A Crise

Como foi visto, na etapa final da prosperidade, o sistema de crédito é intensamente utilizado para garantir o comércio especulativo. Isso ocorre, principalmente, no comércio atacadista. Com a reversão das funções do crédito, isto é, a restrição de oferta de crédito e o aumento da taxa de juros, o começo da crise se dá pelo colapso das operações especulativas exatamente no comércio atacadista, pois as operações no varejo são sustentadas, por algum tempo, pelo consumo imediato. O resultado disso é um choque tanto no mercado de bens como no mercado monetário.

Itoh tenta demonstrar que ao espalhar-se por várias esferas industriais a dificuldade para encontrar o dinheiro suficiente para manter as operações especulativas, isso resultará em uma série de insolvências, já que os preços das mercadorias – os quais alcançaram os mais altos níveis na última fase da prosperidade – caem subitamente, impossibilitando a venda daquelas aos preços esperados.

Os bancos passam a restringir a concessão de novos empréstimos – tanto para capitalistas comerciais como industriais – com o objetivo de assegurar suas próprias reservas em caixa e evitar sua própria insolvência. Essa restrição do crédito faz aumentar drasticamente a taxa de juros, para os níveis mais altos observados em todo o ciclo. Como consequência dessas altas taxas de juros o processo de acumulação é inviabilizado, na medida em que se tornou extremamente dependente do crédito para realizar as transações das mercadorias, ou seja, as altas taxas de juros tornam excessivamente oneroso e sem sentido o processo de valorização de capital dependente do crédito. Em vista disso, o excesso de mercadorias existentes terá de ser vendido, mesmo sob o sacrifício de preços menores, com vistas a liquidar débitos passados entre os capitais reais.

Este cenário demonstra a dificuldade inerente posta pela superacumulação de capital, a qual se expressa na aparição contraditória de uma absoluta escassez de dinheiro no mercado monetário e um absoluto excesso de mercadorias no mercado de

bens. Frente ao colapso desses dois mercados verifica-se uma paralisação e contração dos negócios, uma onda de falências atinge as esferas industriais e comerciais, assim como, o setor bancário. Como consequência de tais falências observa-se o aumento significativo do desemprego e, por extensão, a diminuição dos salários. Desta forma, a queda da demanda efetiva por parte dos trabalhadores colabora com a dificuldade de venda das mercadorias existentes. Assim, “o tripé clássico da crise comercial, crise creditícia e crise industrial é, então, completado.” (ITOH, 1988, p.315)

Itoh tenta destacar o caráter contraditório do capitalismo, como formação histórico-social, na medida em que o processo de autovalorização acaba exigindo – em algum momento e por algum tempo – a destruição de suas relações de produção, assim como, seu próprio valor, em função do crescimento do seu próprio poder produtivo interno.

A questão que falta ser analisada para finalizar a fase de crise é quando e como essas contradições – as quais formaram um ciclo vicioso com a destruição dos capitais (representada pelas falências), a fraca demanda efetiva (exacerbada pelo aumento do desemprego) e as distorções do sistema de crédito (representadas pela restrição de crédito e alta da taxa de juros) – alcançam um limite? Itoh argumenta que, se os capitais são concebidos como entidades homogêneas, o limite teórico de sua destruição deve ser muito difícil de definir.

No entanto, essa hipótese de homogeneidade não caracteriza o mundo real, portanto, deve ser desconsiderada e o processo de crise deve ser analisado sem esse pressuposto. A idéia principal é que, além dos capitais dos diversos ramos industriais, comerciais e bancários não serem homogêneos, o desenvolvimento das operações especulativas, verificado na última fase da prosperidade, foi extremamente irregular e anárquico, desencadeando um igualmente irregular e anárquico processo de destruição de capitais. Em outras palavras, as falências não atingem igualmente todos os capitais, alguns conseguem aliviar suas dificuldades mais facilmente do que outros, seus valores são mais ou menos conservados. Então, após o conturbado período de

liquidação de débitos e liquidação de estoques de mercadorias, esses capitais que sobreviveram à aguda crise, recomeçarão lentamente seu processo de valorização durante a fase de depressão.

Importante destacar que, a partir da concepção teórica de Itoh, a fase de crise ocorrerá inevitavelmente em função da “absoluta superprodução de capital em relação à população trabalhadora”, o que caracteriza a argumentação da teoria de crise do tipo ‘excesso de capital’ variante da ‘escassez de força de trabalho’. Contudo, puderam-se verificar como resultados da crise (e não como causa) “o desequilíbrio entre as esferas industriais e a severa restrição sobre a demanda efetiva dos trabalhadores ambos dos quais foram bastante enfatizados [pelos variantes] da teoria de crise do tipo ‘excesso de mercadorias’.” (ITOH, 1988, p.316) Assim, para completar a exposição desenvolvida até aqui e fechar a estrutura básica desta teoria de ciclo de negócios discutir-se-á, na próxima seção, a fase de depressão.

### 3.2.3 A Depressão

Como foi visto, as relações de débito foram liquidadas e os estoques de mercadorias esgotaram-se na última etapa da crise. Estes dois elementos têm as seguintes implicações importantes. Por um lado, devido a este processo de liquidação dos débitos, os capitalistas (industriais, comerciais e bancos) que sobreviveram à crise direcionam seus capitais-dinheiro, para o sistema bancário na forma de fundos de depreciação ou fundos de acumulação, os quais serão mantidos ociosos e desempenharão importante papel na retomada da acumulação, depois de passada a depressão. Como consequência desta acumulação de capital-dinheiro nos bancos, a taxa de juros diminui a níveis semelhantes ao da fase de prosperidade. Por outro lado, o esgotamento dos estoques das mercadorias, ocorrido na última etapa da crise, permite o início da restauração dos preços, como resultado da diminuição da oferta.

No entanto, o preço da força de trabalho permanece sob pressão da insuficiente demanda já que a dificuldade de acumulação continua, por algum tempo, durante a depressão. Como resultado disso, os salários caem aumentando a mais-valia. Assim, nesta fase coexistem, por algum tempo, o excesso de capital real, a abundância de capital-dinheiro (conseguida a partir do processo de ajustamento das relações de débito na fase anterior) e uma superpopulação relativa a qual começou a ser reconstituída na fase de crise e continuará durante a depressão.

A despeito dessas condições favoráveis para o capital a estagnação do processo de acumulação continua em função da dificuldade de reestruturar condições equilibradas para uma nova acumulação real de capital. Itoh destaca dois grandes elementos que se constituem como fatores de entrave da acumulação nesta fase. O primeiro é enfatizado pelas teorias de ‘excesso de mercadorias’ na forma dos argumentos de desequilíbrio entre as esferas de produção – caracterizado pelo aumento dos preços das mercadorias em algumas indústrias em contraposição à queda dos preços em outras – e pela fraca demanda por parte dos trabalhadores, causada tanto pelo aumento do desemprego como pela queda dos salários reais.

O segundo elemento, o qual é colocado por Itoh como a ‘raiz do problema’ é a existência de grandes quantidades de capitais fixos. Na prosperidade eles não se constituíam como entraves, uma vez que, ainda eram lucrativos. Agora, com a atividade industrial estagnada, os capitais tentam buscar ramos industriais ou processos produtivos mais lucrativos. No entanto, a existência de capital fixo cria dificuldades para esses movimentos, na medida em que, antes de serem substituídos ou abandonados, os capitais devem ser depreciados. Entretanto, dado o nível de atividade industrial, durante a depressão, várias empresas em diversas esferas industriais, mantém alta porcentagem de capacidade ociosa, o que impede sua utilização e conseqüente depreciação. Por outro lado, os baixos custos de salários intensificam a dificuldade de substituir o capital fixo existente por novas máquinas, na medida em

que estas não se mostram mais lucrativas do que o emprego da própria força de trabalho.

Outro aspecto que colabora com toda essa dificuldade é que o crédito comercial de curto prazo, direcionado freqüentemente para o capital circulante, não é adequado para o financiamento de capital fixo, dada a natureza de longo prazo exigida por empréstimos deste tipo. Assim, os capitalistas precisam criar fundos de acumulação antes de tentar substituir seus capitais fixos.

A saída apontada por Itoh é que “enquanto os capitais em geral estão, ainda, restringidos pelo existente capital fixo, capitais excepcionais, que adotaram novas máquinas aperfeiçoadas, devem obter lucro extra e podem individualmente escapar dos constrangimentos gerais sobre a acumulação de capital.” (ITOH, 1988, p.322) A possibilidade de lucro extraordinário estimula a competição e, portanto, os capitalistas são forçados a modificar a composição técnica do capital na tentativa de tornarem-se mais competitivos. Assim, a inovação tecnológica constitui-se como característica principal da fase de depressão.

Nesse processo de substituição do capital fixo, construção de novas plantas e equipamentos as indústrias que produzem esses meios de produção podem beneficiar-se com um pequeno “boom” correspondente ao aumento da demanda por essas mercadorias. Já os capitais mais fracos estarão sujeitos a falência, de um lado, por não conseguirem acompanhar tal processo e, por outro, por que a taxa de juros é pressionada a aumentar, dada a intensa mobilização dos fundos de depreciação e acumulação direcionados para o processo de substituição da antiga estrutura de produção, o que intensifica a dificuldade de sobrevivência de tais capitais. “Assim, um pequeno “boom” seguido de uma crise intermediária pode aparecer no ponto crítico entre a depressão e a prosperidade.” (ITOH, 1988, p.323)

Apesar disso, o processo de substituição dos capitais fixos é o elemento chave que possibilita a nova expansão dos capitais. Itoh relaciona os quatro efeitos principais decorrentes deste processo:

- i. Em função da mudança tecnológica, os valores individuais das mercadorias se reduzem e os capitais podem ser valorizados mesmo com preços menores do que aqueles vigentes na fase de depressão.
- ii. Com a queda do valor das mercadorias, o valor da força de trabalho também cairá, o que possibilita o aumento da mais-valia pela via relativa.
- iii. O crescimento da produtividade do trabalho reflete-se no aumento da composição orgânica do capital e esta provoca o aumento do exército industrial de reserva.
- iv. Observa-se uma nova taxa de lucro com um conjunto de preços de produção reconstruídos e acompanhados por novas relações de valor. Com o equilíbrio entre as esferas industriais, mais ou menos, restaurado, o processo de equalização da taxa de lucro trabalhará influenciando taxas de lucros individuais a permanecerem ao redor da taxa de lucro geral, promovendo a expansão da reprodução.

Assim, com novas relações de produção constituídas nas principais esferas industriais o processo de expansão da acumulação, sob taxas de lucros satisfatórias, transforma-se numa nova fase de prosperidade. Esse “novo processo de prosperidade alcançará níveis de acumulação mais altos do que a fase próspera precedente”, com uma superpopulação relativa restaurada em função do aumento da composição orgânica do capital. Assim, completou-se o ciclo que se repetirá, ainda, indefinidas vezes. (ITOH, 1988, 324)

Através da articulação dos três argumentos expostos por Marx na *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, essa construção teórica exposta por ITOH (1988), foi capaz de explicar a formação, exaustão e reconstituição do exército industrial de reserva de forma bastante coerente. A conclusão geral que se pode tirar é que os salários aumentam, na medida em que, a superpopulação relativa é absorvida na fase da prosperidade e, de forma inversa, diminuem com a reconstituição do exército industrial de reserva durante a crise e sua intensificação durante a depressão.

Apesar de coerente, essa construção teórica deixa inexplicado como os ciclos do processo de acumulação, os quais Itoh sugere que assumam uma tendência crescente no tempo – já que argumenta que o nível de acumulação da nova fase de prosperidade será maior do que aquele observado na fase próspera precedente – se coadunam com o argumento de Marx de tendência secular crescente do exército industrial de reserva? Na verdade, Itoh não discute a possibilidade de que a cada final de ciclo, sob novas bases tecnológicas, a superpopulação relativa possa sempre ser maior do que aquela observada no ciclo anterior. Enquanto a demanda por força de trabalho, dadas as novas relações técnicas de produção, é cada vez menor, dificultando assim, a absorção da superpopulação relativa nas fases de prosperidade e colocando em dúvida a inevitável crise advinda de uma ‘absoluta superprodução de capital’.

Com isso, conclui-se que uma satisfatória análise do movimento dos salários dentro do processo de acumulação de capital exige, necessariamente, uma exaustiva discussão das diversas teorias de ciclo e crises, de modo que, todos os aspectos do processo de acumulação de capital possam ser levados em conta.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar o movimento dos salários dentro do processo de acumulação de capital. Apesar de existir uma vasta literatura dentro da Teoria Econômica que trata deste assunto, o estudo desenvolveu-se baseado na construção teórica de Marx. Três grandes pontos foram trabalhados a esse respeito: primeiro, fez-se uma revisão do tema salários dentro da teoria marxista; em seguida discutiu-se a natureza do capital e sua dinâmica de acumulação; por último apresentou-se uma contribuição para explicação do processo de acumulação na forma de uma teoria de ciclo de negócios.

O tratamento dos salários passou pela discussão da sua natureza e pela investigação dos seus determinantes. A natureza dos salários é desvendada a partir da demonstração da existência do trabalho pago e não pago como elementos integrantes da jornada de trabalho. Assim, pôde-se concluir que o salário é a forma aparente do valor da força de trabalho. Por isso, os determinantes dos salários estão ligados aos determinantes do valor da força de trabalho, contudo as flutuações dos salários só podem ser investigadas dentro do processo de acumulação de capital.

Assim, passou-se a investigação da natureza do capital e da sua dinâmica de acumulação. Tentou-se explicar a natureza do capital a partir do desenvolvimento de sua fórmula geral, onde podem ser observadas as esferas da circulação e da produção. Dentro da primeira, destacou-se a compra das mercadorias utilizadas no processo produtivo e, com isso, o importante conceito de composição orgânica do capital. Dentro daquela última, destacou-se o processo de valorização do capital e, portanto, a natureza da mais-valia. Em seguida, discutiu-se a construção teórica apresentada por Marx relacionando os salários e a acumulação de capital. Confrontou-se o conteúdo de duas diferentes obras – *O Trabalho Assalariado e Capital e o Capital* – e concluiu-se que a segunda apresenta exatamente os mesmos resultados da primeira, no entanto utilizando argumentos mais elaborados.

Três grandes resultados para o processo de acumulação podem ser retirados d'*O Capital*. O primeiro, mantendo a hipótese de composição orgânica constante, conclui que os salários serão regulados pela expansão e contração da acumulação, na medida em que a expansão da acumulação aumenta a demanda por força de trabalho aumentando, também, os salários. Esse aumento dos salários provocará a diminuição do excedente e, conseqüentemente, a diminuição da acumulação. Com a acumulação diminuída reduz-se a demanda por força de trabalho e, também, os salários. Desta forma, a acumulação se manifesta de forma cíclica.

O segundo resultado é obtido quando Marx retira a hipótese de composição orgânica constante. Com isso, a concorrência entre os capitais estimula a contínua busca pelo aumento da produtividade do trabalho e, assim, o processo de acumulação se dá com o sucessivo aumento da composição orgânica do capital, o que resulta no aumento da superpopulação relativa. A conclusão final é que os salários serão regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva.

O terceiro resultado aparece na forma de uma indicação de como a superpopulação relativa é formada no decorrer do processo de acumulação, a partir da compreensão de que existem fases do ciclo industrial, entendidas como prosperidade, crise e depressão, que produzem, exaurem e reconstituem o exército industrial de reserva. Conclui-se, com isso, que os salários também sofrerão as conseqüências cíclicas da formação da superpopulação relativa.

O último ponto trabalhado, surgiu da constatação de que os três resultados retirados d'*O Capital* apresentam argumentos independentes que precisam ser articulados dentro de uma teoria de ciclo de negócios e crise. Sabe-se que esse tema de pesquisa é bastante controverso dentro da teoria marxista e que existem pelos menos duas grandes teorias que tentam explicar tais crises, quais sejam, as teorias do tipo excesso de mercadorias e excesso de capital. Contudo, o objetivo do trabalho não contempla uma discussão exaustiva sobre essas teorias de crises, de modo que, apresentou-se apenas uma das propostas marxista sobre ciclo de negócios, que tende a

ênfatizar a crise como resultado da superacumulação de capital relativamente à população trabalhadora.

A partir deste ponto de vista teórico, concluiu-se que os salários aumentam apenas na última fase da prosperidade – a qual desenvolveu-se com composição orgânica do capital relativamente constante – quando se verifica uma absoluta superacumulação de capital relativamente à população trabalhadora. Em outros termos, os salários aumentam em função da escassez de força de trabalho.

Essa super produção de capital desencadeia a crise e, então, a falência de vários capitais inicia o processo de reconstituição do exército industrial de reserva, na medida em que se observa grande número de demissões nesta fase. Assim, a superpopulação relativa é formada na crise e intensificada durante a depressão, fase na qual verifica-se o aumento da composição orgânica do capital e, por conseqüência, a substituição de parte da força de trabalho por novas máquinas ou métodos de produção. Portanto, nas fases de crise e depressão a taxa de salários diminui tanto em função da diminuição do emprego como da diminuição dos salários.

Apesar de coerente, essa teoria de ciclo não contempla a discussão sobre a tendência secular de aumento no exército industrial de reserva, como um elemento que pode colocar em dúvida a inevitabilidade da crise derivada da teoria de ‘escassez de força de trabalho’. Por isso, uma satisfatória análise do movimento dos salários deve, necessariamente, passar pela exaustiva discussão de todas as teorias marxistas de ciclo e crise de modo a coadunar o processo cíclico de expansão do capital à tendência secular de aumento do exército industrial de reserva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. J. Crescimento, distribuição e utilização da capacidade: um modelo neo-steindliano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p. 689-712, dez. 1986.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DOBB, M. **Os salários**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1966.

FINE, B.; SAAD-FILHO, A. **Marx's capital**. 4.ed. London: Pluto Press, 2003.

GIUSSANI, P. Value of labour-power and the wage. *International Journal of Political Economy*. 1991.

ITOH, M. **The basic theory of capitalism**: the forms and substance of the capitalist economy. New Jersey: Barnes and Noble Books, 1988.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed., livro I, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996a.

\_\_\_\_\_ **O capital**: crítica da economia política. 15. ed., livro I, v.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996b.

\_\_\_\_\_ **O capital**: crítica da economia política. 3. ed., livro III, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_ **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_ **Trabalho assalariado e capital**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983.

SHAIKH, A. Organic Composition of capital. In: **The new palgrave**: marxian economies. New York: Norton & Company, 1990.